

REMOVED "POR PERMUTA", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso II, alnea b, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0180787/2022-47, os servidores: MASP 1383677-0, ROUSTANG DA SILVEIRA DUTRA JUNIOR, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, doPRESIDIO DE UBA, para a PENITENCIARIA JOSE EDSON CAVALIERI. MASP1285273-7, LEONARDO ARLINDO DE OLIVEIRA, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, doPENITENCIARIA JOSE EDSON CAVALIERI, para oPRESIDIO DE UBA.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023. ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVE "POR PERMUTA", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso II, alnea b, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0178543/2022-10, os servidores: MASP 1455244-2, RAMON DA SILVA RIOS, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, doPRESIDIO DE TAOIBEIRAS, para oPRESIDIO DE SALINAS, MASP 1450760-2, CLAUDINEI PEREIRA DOS SANTOS, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, doPRESIDIO DE SALINAS, para oPRESIDIO DE TAOIBEIRAS.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023. ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVE "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso I, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1156639-5, MARCIO DE ARAUJO VESPASIANO, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, daASSESSORIA DE INFORMACAO E INTELIGENCIA PRISIONAL, para aSUPERINTENDENCIA DE SEGURANCA PRISIONAL a contar de 13/07/2015 para regularizao funcional, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0184586/2022-03.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023. ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVE "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso I, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1156639-5, MARCIO DE ARAUJO VESPASIANO, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, da SUPERINTENDENCIA DE SEGURANCA PRISIONAL, para aDIRETORIA DE SEGURANCA EXTERNA a contar de03/10/2019 para regularizao funcional, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0154288/2022-48.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023. ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVE "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso I, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1136471-8, SAMARA ROBERTA DE OLIVEIRA, referente ao cargo Efeito ASSISTENTE EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL- AUXILIA ADMINISTRATIVO, daDIRETORIA DE SEGURANCA SOCIOEDUCATIVA, para aDIRETORIA DE BENEFICIOS E VANTAGENS, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0185209/2022-60.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023. ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVE "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso I, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1194643-1, CARLOS ROMERO MARRARA BOATTO, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA SOCIOEDUCATIVO, daDIRETORIA DE SEGURANCA SOCIOEDUCATIVA, para aDIRETORIA DE BENEFICIOS E VANTAGENS, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0184549/2022-32.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023. ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVE "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso I, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1220305-5, MARCOS CARVALHO MOURA DE OLIVEIRA, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, daDIRETORIA DE SEGURANCA INTERNA, para aSUPERINTENDENCIA DE SEGURANCA PRISIONAL, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0184909/2022-12.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023. ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica

12 1736694 - 1

PORTARIA SULOT 18/2022 A Ordenadora de Despesas, Ana Luisa Silva Falco, no cumprimento dos deveres e atribuies estabelecidas pela Lei Federal n. 8.666/1993, Lei n. 10.520/2002, Lei Estadual n 14.184/2002, Lei Estadual n. 13.994/2001 e Decreto Estadual n. 45.902/2012, por meio desta Portaria, determina a instalao de Processo Administrativo Punitivo, para apurar o suposto cometimento das irregularidades descritas a seguir, pela empresa MTODO SYSTEM COMRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAES E SERVIOS LTDA, CNPJ 07.346.478/0001-17 com sede a Avenida Baro Homem de Melo, n 3380, Bairro Estoril, CEP: 30494-270, municpio de Belo Horizonte/MG:

O Objeto no foi entregue em conformidade com as especificaes tcnicas do Termo de Referncia do Pregao Eletrnico n. 97/2018 e Contrato n. 339039.19.2955.18/2018, especialmente: 1- Da Passagem das Mangueiras:Ainda h mangueiraexposta, infringindo o Termo de Referncia, tpico "4.Abrangncia do Fornecimento" e ANEXO II "4. Normas Tcnicas e Recomendaes". 2- Cabeamento: 2.1- Acaixa de passagem dos cabeamentos instalada atrs do pavilho 8 ainda permanece aberta,infringindo oTermo de Referncia, tpico "4. Abrangncia do Fornecimento" e "Servios de de Manuteno e Assistncia Tcnica".

2.2- Cmeras foram instaladas (dentro dos patios dos pavilhes) com cabeamentos expostos oucom ausncia de tubulao adequada (eletroduto ou conduit) forados padres estabelecidos nas normas tcnicas citadas noTermo de Referncia anexo II tpico 4- Normas Tcnicas e Recomendaes. Foi utilizada "massa de cimento", visto que,o adequado seriaautotulao doeletroduto ou conduit.

2.3-Os postes so reutilizados, da infraestrutura antiga da Unidade, agravado pelo fatode os postes estarem deteriorados e com a estrutura base comprometida,apresentando desnvel e com risco iminente de cair, contrariando vedao expressaTermo de Referncia anexo I tpico 12- Proposta de Preo"Todos os materiais entregues devero ser acompanhados de nota fiscal dos produtos com o nome e caracterizao clara e precisa. Todos os materiais devero ser novos, comprovadamente de primeiro uso, acordo com as especificaes e condies estipuladas neste Termo de Referncia e seus anexos.

3-Instabilidade de instalao das cmeras: 3.1- Foi verificado, por meio de amostragem, que as cmeras internas instaladas nos pavilhescontinuum sendo movimentadas facilmente com as mos, infringindo oTermo de Referncia, pgina 15:"Testes Mecnicos -Fixao e rigidez dos equipamentos, materiais e acessrios (cmeras, Joystick, monitores, switches, estaes de trabalho)" 3.2 -Cmeras instaladas fora da cobertura da rea de interesse e abaixo da linha de viso, infringindo oTermo de Referncia, ANEXO II, "2. Soluo de Cmeras", pginas 5 e 6."As cmeras Fixa, Movel e Multi-Sensor devero ser instaladas em posies que garantam o mnimo de rea de sombra que impeam a visualizao de pessoas. Verificada a"No realizao dos ajustes solicitados nasCmeras Instaladas que necessitam de ajustes da linha de viso, infringindo oTermo de Referncia, pginas 14 e 15, "Servios Tcnicos Especializados" e "Testes Mecnicos, Eltricos e Operacionais e de Sistema".

3.3-Cmeras instaladas em pontos com grande e/outotal rea de sombra cmeras queforam instaladas abaixo das linhas de viso: 36, 38, 39, 54, 55, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 76, 78, 79, 88, 89, 96, 110, 111, 119 e 120, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo IIServios Tcnicos Especializados, Testes Mecnicos e Testes Operacionais e de Sistema"Servios Tcnicos

Especializados;Testes Mecnicos;Disposio dos equipamentos, materiais e acessrios no console;Disposio das cmeras.Testes Operacionais e de Sistema;Verificao se oposicionamento das cmeras fixas e panormicas atende a cobertura nas reas de interesse."

3.4-Cmeras instaladasque necessitam de ajustes da linha de viso: 25, 27, 28, 33, 67, 85, 86, 108 e 112 contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II TpicoSoluo de Cmeras,TpicoServios Tcnicos Especializados,TpicoTestes Mecnicos eTpicoTestes Operacionais e de Sistema

4-Dascmeras speed dome: 4.1- A Cmera speed dome C123 possui uma variao anormal em um dos seus dois conjuntos de sensores que geram uma imagem 180, apresentando um risco (provavelmente defeito fsico na cmera) que permanece tanto de dia quanto a noite, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico Servios Tcnicos Especializados.

4.2-As cmeras speed dome 121 e 122 esto fixadas em desacordo com as normas tcnicas, alm de no estar posicionada corretamente (torta) e amarrada com arame, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II Tpico 4- Normas Tcnicas e Recomendaes, Tpico Teste Mecnicos e Tpico Testes Operacionais e de Sistema.

5-Da Rede Eltrica: 5.1- Para a instalao de novas cargas eltricas, necessrio a realizao de projeto eltrico, e este no foi realizado no processo de instalao no sistema de monitoramento do CFTV, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaes e Tpico eTestes Eltricos.

5.2-A rede eltrica do sistema instalado naquele Complexo Penitencirio NO e independente, que contraria o contedo expresso no Termo de Referncia,e demonstra a impossibilidadede um funcionamentoeficiente, compartilhando (usando) rede eltrica da unidade, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaes e Tpico eTestes Eltricos.

5.3-A alimentao do Quadro de Distribuio do sistema de monitoramento do CFTV vem de um Quadro de Distribuio de Circuito (QDC) que fica no hall do prdio administrativo, ao lado de onde ficam as impressoras. Este quadro est em mau estado de conservao, com conexes ruins, diversos circuitos ligados diretamente no barramento, sem a proteo de disjuntor. No h disjuntor geral no quadro, os cabos e dispositivos no esto dispostos de maneira adequada. As patologias, mais comuns, encontradas so "gambiarras" nas instalaes eltricas, estas podem ocasionar curto-circuitos na rede eltrica, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaes e Tpico eTestes Eltricos.

5.4-No foi possvel detectar visualmente a existncia do barramento de neutro nem do barramento terra nos dois QDCs existentes no hall do prdio administrativo, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaes e Tpico eTestes Eltricos.

5.5-Dos quadros de distribuies:foi vistoriada uma caixa de passagem eltrica ao lado do prdio administrativo, foi conectado o cabo de neutro do circuito eltrico que alimenta o sistema de monitoramento em um dos cabos que se encontrava nessa caixa. Nesse cabo havia duas derivaes, indicando uma gambiarra, ento o neutro pode no funcionar adequadamente o que poderia acarretar em queima de equipamentos, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaes e Tpico eTestes Eltricos.

5.6-A caixa de passagem eltrica se encontra em mau estado de conservao, haviam muitos cabos com emendas ruins e com mais de uma derivaao. A caixa estava quebrada e sem a devida vedao, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaes e Tpico eTestes Eltricos.

5.7-A contratada no obedeceu as normas tcnicas estabelecidas na NBR5410 5.1.(medidas de proteo contra choques eltricos), 5.2(medidas de proteo contra efeitos trmicos), 5.4.2.1 (proteo contrasobretenses transitrias em linha de energia) 4.2.5 (diviso da instalao),contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaes e Tpico eTestes Eltricos.

Os supostos ilcitos administrativos enquadram-se nos incisos VI do art. 3, e nos incisos I e VI do art. 4 da Resoluo N. 49 GAB. SEAP, sendo puniveis com as sanes administrativas previstas nos artigos 87 e 88, da Lei Federal n. 8.666/1993 e no artigo 7 da Lei Federal n. 10.520/2002. Para tanto, CONVOCA-SE, desde j, a Comisso Processante Permanente da SEJUSP - CPP para instruo, processamento e concluso de todo o procedimento, conforme Resoluo SEAP n 001, de 13 de fevereiro de 2017.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023. Ana Luisa Silva Falco Subsecretria de Gesto Administrativa, Logstica e Tecnologia

(*)Assinado eletronicamente em 30/12/2022 12 1737098 - 1

O SECRETRIO DE ESTADO DE JUSTIA E SEGURANCA PUBLICA exonera, a pedido, nos termos do artigo 106, alnea "a", da Lei n. 869 de 5 de julho de 1952, os servidores relacionados, ficando os mesmos cientes da necessidade de procurar a Diretoria de Pagamentos, para regularizar possveis pendncias em sua situao funcional: MASP 1.229.041-7 ALINE DO CARMO LUZ, do cargo de provimento efetivo de Agente de Segurana Penitencirio, Nvel I, Grau B, a contar de 02/01/2023.

MA SP 1.136.009-6 ANDERSON SCHULTZ VIEIRA, do cargo de provimento efetivo de Agente de Segurana Penitencirio, Nvel II, Grau C, a contar de 29/01/2018.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023. Rogrio Greco Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica

12 1736647 - 1

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentvel

Secretria: Marlia Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Poltica Ambiental - COPAM

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna pblico que foi requerida a Licena Ambiental Simplificada na Modalidade Cadastro abaixo identificada, com deciso pelo deferimento, cujo prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Antonio Marcos Goncalves da Silva/Fazenda Galheiros Gleba 01- Culturas anuais, semperperenes e perenes, silvicultura e cultivos agressivipastoris, exceto horticultura - Formoso/MG.Processo 50/2023.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna pblico que foi requerida a Licena Ambiental Simplificada na Modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com deciso pelo indeferimento:

1) Ademir Costa Campos/ Fazenda Sumidouro ou Salto - Criao de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Arinos/MG. Processo: 51/2023. Motivo: Impossibilidade Tcnica.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

12 1736826 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, em cumprimento a deciso proferida nos autos de n 5275758-35.2022.8.13.0024, referente ao mandado de segurana impetrado pela Minerao Fleurs Global Minerao Ltda. ante a Justia de Primeira Instncia da Comarca de Belo Horizonte, conforme motivaes expressas nos autos do processo administrativo n 1370.01.0038821/2020-94, restaura a vigncia do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 23/02/2022 com o referido empreendimento por meio da expressa menao ao cancelamento do ato de anulao realizado no dia 05/01/2023, pg. 4.

(a) Daniel dos Santos Goncalves - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana

12 1737088 - 1

O Superintendente de Projetos Prioritrios torna pblico que o requerente abaixo identificado solicitou: 1) Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC2) - Licena de Operao (LO): "Interligao Eltrica de Minas Gerais S.A - Linhas de transmisso de energia eltrica - Arax, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte, Perdizes, Santa Juliana, Uberlndia e Uberaba/MG, PA/ N 57/2023 - Classe 4.

(a) Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritrios.

12 1737141 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna pblico que foram finalizadas as anlises das Licenas Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decises pelo deferimento, cujo prazo de validade de 10 (dez) anos:

1. Bautek Metais Industriais Ltda., Lavra a cu aberto - Metais no metlicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Poos de Caidas/MG, Processo n 4198/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES: 2. Irmos Mota Minerao Ltda., Extrao de areia e cascalho para utilizao imediata na construo civil, Itajub e Maria da Fe/MG, Processo n 4152/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES: 3. COPASA - Estao de Tratamento de Esgoto - ETE Sede Cabo Verde, Estao de tratamento de esgoto sanitrio, Cabo Verde/MG, Processo n 3776/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna pblico o arquivamento do processo abaixo identificado: - Licena Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS: 1) Municpio de Lambari, Extrao de cascalho, rocha para produo de britas, areia fora da calha dos cursos d'gua e demais colees hídricas, para aplicao exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administrao Pblica Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Lambari/MG, PA SLA n 4199/2022, Classe 2. Motivo: No atendimento a informao complementar.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna pblico o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: - LAS/RAS - Licena Ambiental Simplificada: 1. Amparo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logstica, Santo Antnio do Amparo/MG, Processo n 4238/2022, classe 2, Motivo: Insuficincia tcnica.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

12 1737066 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna pblico que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAC 1 (LP+LI+LO): 1) Abatedouro Cruzeiro Celeste Eireli, Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muare, etc); Abate de animais de mdio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc), Joao Monlevade/MG, PA/N 42/2023, Classe 4.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna pblico que foram Deferidos os Requerimentos de transferncia de responsabilidade administrativa das Licenas Ambientais abaixo identificadas

1)Alterao de titularidade, LAS RAS, Elyzio Jos Ferreira/Fazenda Turmalina, CPF ***.682.***-72, Criao de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos (em regime extensivo), Frei Inocncio/MG, PA n 12053/2004/002/2019, Classe 3, vlida at 26/10/2029, para o novo titular Wilson Ribeiro Antunes Filho/ Fazenda Turmalina, CPF ***.828.***-03. 2) Alterao de titularidade, LAS CADASTRO, Denis Oliveira Mota - Laticnios, CNPJ 33.720.812/0001-60, Fabricao de produtos de laticnios, exceto envase de leite fluido, Nova Mdica/MG, ILAS CAD 70354284/2019, Classe 2, vlida at 29/07/2029, para o novo titular Laticnio YR Ltda., CNPJ 47.946.091/0001-16.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste Mineiro torna pblico o arquivamento da Licena Ambiental abaixo identificada: - LAC 1 (LP+LI+LO): 1) Aldeia Granitos Ltda., Lavra a cu aberto - Rocas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estrl de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais no metlicos, Mutum/MG, PA/N 2652/2022, Classe 4. Motivo: falha nas informaes que instruem o processo administrativo.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna pblico que foram requeridas as Licenas Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decises pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Leandro *** Ferreira - CPF: 050 *** ** -82, Alessandro *** Ferreira - CPF: 012 *** ***-06, Francisco *** Ferreira - CPF:013 *** ***-47 - Criao de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo. - Carai/MG - PA/N: 4517/2022. 2) REMAC Participaes Ltda/Fazenda Cachoeira - Criao de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo. - Malacacheta/MG - PA/N: 7/2023. 3) Marmoraria Pratiana - Aparelhamento, beneficiamento, preparao e transformao de minerais no metlicos, no instalados na rea da planta de extrao. - So Domingos do Prata/MG - PA/N: 10/2023. 4) Mecnica Mariz Dias Industrial Ltda - Fabricao de estruturas metlicas e artefatos de treifados de ferro, ao e de metais no-ferrosos, sem tratamento qumico superficial, exceto mveis. - Joao Monlevade/MG - PA/N: 20/2023. 5) Instituto Federal de Educao, Cincia e Tecnologia de Minas Gerais - Fabricao de produtos de laticnios, exceto envase de leite fluido. - So Joao Evangelista/MG - PA/N: 35/2023.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

12 1737033 - 1

Fundao Estadual do Meio Ambiente - FEAM

Presidente: Renato Teixeira Brandão

EXTRATO DA PORTARIA FEAM N 691, DE 12 DE JANEIRO DE 2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Processado: G.R.C., Masp 1.255.531-4. Comisso Processante: Presidente: Mariana Ferreira da Costa Ramos Roessberg, Masp 1.378.322-0. Membros: Matheus Ebert Fontes, Masp 1.367.442-9, e Luciana Fortes Bontempo, Masp 1.378.200-8.

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2023. Renato Teixeira Brandão - Presidente - FEAM.

12 1736753 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

PORTARIA IEF N 04, DE 12 DE JANEIRO DE 2023. Alterao art.1 da Portaria IEF n 138, de 24 de julho de 2008, que reconhece como Reserva Particular do Patrimnio Natural, a RPPN Horto Alegria, situada no municpio de Mariana - Minas Gerais e da outras providncias.

A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, no uso de atribuio que lhe confere o inciso I do art. 14 doDecreto n 47.892, de 23 de maro de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei n 20.922, de 16 de outubro de 2013, no Decreto n 39.401, de 21 de janeiro de 1998, na Lei Federal n 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto Federal n 5.746, de 5 de abril de 2006,

CONSIDERANDOque houve correo da averbaoda Reserva Particular do Patrimnio Natural Horto Alegria, sendo que houve averbao de parcela da RPPN na matrcula 17.212;

RESOLVE:

Art. 1º-O artigo 1 da Portaria IEF n 138, de 24 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redao:

“Art. 1º – Reconhecer, mediante registro, como Reserva Particular doPatrimnio Natural - RPPN, de interesse pblico e em carter deperpetuidade, a rea de 1.064 hectares, denominada RPPN“Horto Alegria”, situada no municpio de Mariana, Estado de Minas Gerais, de propriedade da VALE S.A, cujo imvel encontra-se matriculado noCartrio de Registro de Imveis da Comarca de Mariana, sob as matrculas de nmeros 10.034 e 17.212”

Art. 2º-Esta portaria entra em vigor na data da sua publicao.

Belo Horizonte,12 de janeiro de 2023.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora-Geral do IEF

PORTARIA IEF N 05, DE 12 DE JANEIRO DE 2023.

Dispoe sobre a Reconstituio do Conselho Consultivo da APA Estadual Vargem das Flores, instituido pela Portaria IEF n 02, de 21 de janeiro de 2021.

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF, no uso das atribuies que lhe so conferidas pelo Decreto Estadual n 47.892, de 23 de maro de 2020, e com respaldo na Lei Federal n 9.985, de 18 de junho de 2000, no Decreto Federal n 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual n 20.922, de 16 de outubro de 2013 e na Lei Estadual n 21.972, de 21 de janeiro de 2016, RESOLVE:

Art.1º- Reconstituir o Conselho Consultivo da APA Estadual Vargem das Flores, instituido pela Portaria IEF n 02, de 21 de janeiro de 2021, por mais um periodo de 02 (dois) anos.

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicao.

Belo Horizonte, aos 12 de janeiro de 2023.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora Geral do IEF

PORTARIA IEF N 06, DE 12 DE JANEIRO DE 2023.

Disciplina a Doao de Mudas e Insumos pelo IEF.

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS- IEF, no uso das atribuies que lhe so conferidas pelo artigo 14 do Decreto n 47892, de 23 de maro de 2020,a Lei n 21.972, de 21 de janeiro de 2016; o Decreto 48.127 de 26 de janeiro de 2021;com base na Lei n 2.606, de 5 de janeiro de 1962, alterada pela Lei n 8.666, de 21 de setembro de 1984; com respaldo na Lei Estadual n 20.922, de 16 de outubro de 2013.

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinamento da doao de mudas e insumos pelo IEF;

CONSIDERANDO a necessidade do estabelecimento de prioridades e de adequao dos procedimentos de doao de mudas e insumos, para melhor atendimento da legislao vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizao do controle de produo e distribuio de mudas e insumos, RESOLVE:

CAPITULO I DAS DISPOSICOES GERAIS

Art. 1º- Esta Portaria tem como objetivo disciplinar a doao de mudas e insumos pelo Instituto Estadual de Florestas.

Art. 2º- Para os efeitos desta resoluo conjunta, entende-se por:

I - Programa de Regularizao Ambiental (PRA): o conjunto de aes ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietrios e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover aregularizao ambiental, conforme definio contida no Decreto Federal 7.830 de 17 de outubro de 2012.

II - Areas de Preservao Permanente – APP: a rea, coberta ou no por vegetao nativa, com a funo ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geolgica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gnico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populaes humanas conforme definio da Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012.

III – Reserva Legal: rea localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a funo de assegurar o uso econmico de modo sustentvel dos recursos naturais do imvel rural, auxiliar a conservao e a reabilitao dos processos ecolgicos e da biodiversidade, conforme definio contida na Lei n 20.922 de 16 de outubro de 2013.

IV - Mdulos Fiscais: unidade de medida agrria usada no Brasil, instituda pela Lei n 6.746, de 10 de dezembro 1979.

V - Agricultor Familiar: aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos contidos na Lei Federal n 11.326 de 24 de julho de 2006.

VI –Finalidade Socioambiental: doao de mudas com vistas a atividades e aes socioeducativas para instituies socioambientais e municpios.

VII – Fomento Florestal: ato ou efeito de promover a recuperao e/ ou restaurao da vegetao nativa em reas alteradas ou degradadas, a recuperao da vegetao nativa ou o reflorestamento produzindo ambientes que conciliam interesses conservacionistas e de uso econmico e o reflorestamento com potencial econmico, visando a ampliao de renda no meio rural, de acordo com critrios pr-estabelecidos pela legislao.

VI – Areas de uso restrito: so regies cuja utilizao sofre restries, conforme contido na Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012 e na Lei